

**A exploração sexual na sociedade atual numa interpretação sob a ótica da banalidade do mal
de Hannah Arendt**

Iara Almansa Carvalho (Unesc)

Palavras-chave: Prostituição, exploração, banalização.

ST 42 – Gênero, violência e direitos humanos

Ao questionar-se a prostituição induzida do mundo contemporâneo numa perspectiva teórica de Hannah Arendt, há que se perceber os acontecimentos sociais geradores de rupturas em nossa existência, impedindo que o mundo permaneça sendo “a casa que nos acolhe e abriga”, por isto, a filósofa reitera que o homem precisa compreender os fatos vividos, só assim haverá reconciliação com o mundo. Hannah Arendt ao contar suas histórias em: “As Origens do Totalitarismo”, focaliza exemplares masculinos e femininos incluídos nas atrocidades vivenciadas em seu tempo de guerra invocando a lucidez para interpretar o mundo caótico e perverso, contaminado por genocídios e atos bárbaros da 2ª Guerra Mundial. Sua contestação expressa no termo a “banalização do mal” reflete a concepção do trivial, isto é, algo natural, onde as condutas são resultadas de ações humanas sem razões compreensíveis para o seu desencadeamento – é a perversidade integrada à conduta social como condicionante histórico e inevitável.

Qual a analogia entre a expressão usada pela pensadora sobre a banalização do mal com a prática da exploração sexual? A definição em termos científicos fica a desejar, é simplória, de senso comum e não traduz toda a amplitude do objeto de estudo em foco, pois uma análise sociológica do fato exige, primordialmente, uma abrangência do contexto econômico e dos valores sociais, políticos, morais e culturais, no entanto, a expressão encarna o repúdio de uma prática injusta e discriminatória.

Numa observação prévia, evidencia-se o propósito deste estudo em não entrar em divergência com os direitos da mulher - bandeira de luta de todo trabalho que vem se fazendo numa trajetória acadêmica que defende a autonomia da vontade feminina e o domínio do seu corpo. Há mulheres que, liberadas sexualmente e financeiramente optam pela prostituição como uma realização de vida e com consciência de sua opção, resguardada num Estado Democrático de Direito, por tratar-se de uma opção pessoal, subjetiva e ancorada numa decisão consciente e racionalizada. Por esta razão, ao se fazer uma análise envolvendo juízos de valores, há que se distinguir as duas instâncias: uma do comércio de serviços sexuais enfocada num novo segmento do mercado mundial que envolve milhões, procedimento legal, não tipificado no Código Penal

Brasileiro como conduta delituosa. No entanto, o que se configura no Código Penal como crime é a exploração ou aliciamento de mulheres para a prostituição com o fim de levar vantagem. É sobre este contingente de mulheres exploradas no submundo das camadas sociais que se encontram as mulheres e jovens desprotegidas, excluídas, muitas até crianças, que são induzidas à prostituição.

A posição de enfrentamento e contestação para esta exploração sexual injusta e inaceitável, de prostitutas sem oportunidade de opção, que não escolheram a prostituição, mas foram escolhidas por ela, é o que vem reportar-se aqui: as razões, o contexto público e social que leva meninas, desprovidas de proteção, seja privada ou pública, da família ou de terceiros, a verem a prostituição como única forma de sobrevivência, veja fato notório recente acontecido numa prisão em Belém do Pará. Nas prisões, são comuns, as prisioneiras serem abusadas em troca da garantia de suas necessidades mínimas, coisas negociadas como privilégios nos abusos sexuais.

Fica claro e explícito que há dois mundos: o mundo do mercado sexual, envolvendo milhões, mundo das megas produções, dos shows de “strip-tease”, das organizações a serviço do sexo, e, do submundo das exploradas, segmento de mulheres excluídas, sem perspectiva de futuro, oprimidas pela subserviência ao sexo. Não se pretende traduzir uma idéia simplista, idealista e valorativa da sociedade, mas denunciar um problema profundo, sentido e vivido, não condizente com os padrões humanos de uma sociedade, devendo se discutir as condições simbólicas integrantes de cultura social que produz a legislação e a política que envolve a prostituição no Brasil. Assim, virão à tona, conceitos como: prostituição, representações sociais, leis pertinentes, violência policial, discriminação, preconceitos, perspectivas de futuro e políticas públicas.

Os fatores que contribuem ou complementam a problemática apontam o descaso dos poderes públicos, a falta de políticas públicas e de iniciativa em prol da inclusão de jovens no mercado de trabalho, bem como, a omissão ou rigidez moral-sexual da Igreja e da sociedade com os estereótipos: da culpa, do pecado e da vergonha.

Embasado nesta realidade concreta, a filósofa Hannah Arendt faz um chamamento à visão crítica do mundo vivido, para ter seu “reconhecimento”, só assim, poder-se-á compreendê-lo, dando resposta aos acontecimentos caóticos do mesmo, encontrando subsídios racionais para posicionar-se como cidadão no seu papel engajador do contexto político vigente. Com uma postura participativa, o cidadão plenamente responsável num enfrentamento com o social descaracterizado, assumirá suas omissões comprometidamente, no espaço político, única via de contestação ou reação em cadeia dos fatos sociais. Este seria o espaço comum da palavra e da ação ou reação, da vida coletiva que atua acima da individualidade, devendo impor-se para reparar males piores ou evitá-los, espaço de uma interação política com objetivos comuns e solidários.

O que se constata na sociedade sobre o segmento explorado pela prostituição? Uma realidade social fragilizada, uma família desestruturada com cada membro jogado a sua própria

sorte, seres incipientes, desprotegidos e despreparados para a sobrevivência, tratando-se de meninas abusadas desde tenra idade pelos pais, companheiros das mães, irmãos, agregados ou parentes; a prostituição e a violência estão a um passo delas. A frustração reina em todas as esferas destas meninas: emocional, mental e física, com educação reduzida e sem expectativas de futuro, buscam o que está ao seu alcance.

Os poderes públicos são omissos, e contribuem para o desenvolvimento desta prática, ignoram o fato e nada fazem contra os aliciadores de mulheres consideradas de “vida fácil” - expressão discriminatória, distorcida da realidade. Estas prostitutas têm abrigo em pensões baratas e fétidas, chamadas de “antro de perdições, bordéis, meretrícios...”, sujeitas a todo tipo de condutas esperadas pelos clientes, sem opção de recusa: tráfico de drogas, consumo, furto, perversões sexuais; sendo contaminadas pela perversidade.

A visão de Hannah Arendt do mundo contribui, especificamente, para a compreensão desta situação, retratando a distorção da vida pública que, ao invés de sanar os problemas sociais, prioriza o individualismo exacerbado; os responsáveis olham apenas “para seus umbigos”, ou seja, os problemas comuns passam a serem naturais, não sentidos, a menos que afetem a individualidade de cada um. É a dimensão coletiva do homem renegada à irresponsabilidade, não há união de esforços para uma luta conjunta, os problemas sociais se reproduzem como se fossem à parte do social.

A Igreja, com sua postura condenatória faz juízos de valores, aponta a culpa, segrega e seleciona bons e maus, aponta pecadores, atemoriza os fiéis com o discurso do pecado, contrapondo-se ao paradigma de santidade: Maria sem pecado original, condenando a humanidade desde o nascimento, apregoa a castidade, reprovando o adultério, o filho ilegítimo, o aborto, num código de pecados criado por ela. E ela, sequer deu solução, em milênios, para os casos de pedofilia no seio da madre igreja, porém, o estigma de pecadora e de Maria Madalena persegue as prostitutas no pregão de sua ideologia. No entender de Hannah Arendt as instituições públicas, e conseqüentemente, as privadas, estão doentes, desvirtuadas do seu prumo e de suas obrigações, perderam significado, o dever público desorientado do seu sentido original, nega-se ao seu comprometimento.

E a sociedade como se porta frente à prostituição? De forma simulada, fecha os olhos para o problema, o oculta, guarda-o em “baixo do tapete”, justificando sua omissão no âmbito do “mal necessário”. Se for mal, não há como ignorá-lo, deve ser encarado como tal e, de maneira nenhuma, pode ser banalizado, pelo contrário, deve ser repellido - falsa moral discriminando mulheres: às honestas e às mundanas, às da noite e às do lar, às de casar e às do prazer, às do espaço privado e às do espaço público. É o julgamento social estigmatizador elegendo: a mulher prostituta, a mulher mercadoria, a mulher objeto, a dona de casa, a presidiária, estereótipos apontados por Goffmann, para garantir “status”.

É o mundo das honestas e das desonestas, marcado por fronteiras físicas definidas por vital divisão espacial que impõe o confinamento e permita o exercício do mando. Foucault, na sua obra *Vigiar e Punir*, (1977), refere-se ao encarceramento em hospitais, exércitos, escolas - mecanismos de controle: “Cada indivíduo no seu lugar; e, em cada lugar, um indivíduo”. As instituições geram espaços segregados, com identidades preestabelecidas, a prostituta é expulsa do espaço privado: casas de família, escolas, igrejas, clubes de lazer, é abortada para rua e para a noite. As esposas geram herdeiros, garantem tradição; as outras, representam no imaginário social, uma ameaça às instituições, porém um “mal necessário” para lazer e comemorações como despedida de solteiros, defendendo, a dicotomia de quem pode e de quem obedece – é a transparência da luta de classes - é o jogo de poder evidenciado.

Como é a vida de uma prostituta que não faz sua escolha sexual? Começa na infância com privações e frustrações, estuprada desde tenra idade, o abandono a faz buscar centros maiores, seu papel é da subserviência: ao aliciador, aos fregueses, aos policiais. Anda na contramão da vida, perambula na noite em busca de clientes, sem saber o que lhes espera, simulada em roupas que a rotulam, segundo Goffmann: etiquetadas.

O tráfico de drogas é uma guarida necessária de sobrevivência e prazer – círculo da delinqüência, e por precaução, luta “contra tudo e contra todos”, a mentira faz parte da defesa, finge o prazer, seu corpo é um receptáculo aberto, disponível para quem quiser adentrá-lo, quanto mais, melhor produção. O corpo é carcomido, desgastado, usado de todas as formas, aplacando desejos incontidos, cheiros fétidos, suor malquisto, é o balcão da carne exposta, e, no final, dispensada - contrato de locação cumprido.

Dando ênfase à exposição dos motivos, revive-se a interpretação Arendtiana do mundo contemporâneo, desprovido de significação, onde as gerações do presente deveriam recepcionar, reverenciar, preservar e transmitir aos seus sucessores os “tesouros da tradição”, para perpetuar os costumes, no tempo e no espaço. A tradição neste sentido seria o “fio”, o liame, o condão que unificaria gerações, permitindo o reconhecimento das experiências positivas, que engrandecem o espírito dos homens, mas isto não tem acontecido e, só seria possível, através de juízos de valores (morais), essenciais para compartilhar do “tesouro comum” que integra a razão, o afeto e a consciência humana.

Há para Hannah Arendt a “troca de padrões morais”, perceptíveis nos hábitos enraizados historicamente, no caso em foco, impondo penas perversas para a mulher, motivo de vergonha universal, estigma a ser extinto. A prática da prostituição tem tido no mundo contemporâneo expansão cada vez maior, com formas diferentes de exploração sexual, para o homem e para a mulher, e, as pessoas que contestam esta prática abominável, são as mesmas que são omissas a ela ou, as propiciam.

Ao abordar a moralidade, Hannah Arendt enfatiza seu sentido original como parâmetro social que integra os costumes de um povo, porém, não a reduz à absorção dos costumes vigentes, ela está comprometida com os valores éticos que, esquecidos, perderam eficácia, por se contraporem aos interesses do poder constituído, (2003); reiterando que: “ninguém em sã consciência pode afirmar que a conduta moral seja algo natural”. Isto é, além dos costumes passados junto com as regras, o homem tem uma consciência para deliberar sobre o que deve ou não deve ser aceito ou feito. Por isso, a verdadeira questão moral não surge com a conduta nazista, mas daqueles que se “organizaram e não agiram por convicção” - dos omissos; nos moldes instituídos do totalitarismo fascista e nazista, “o mal passou a ser a solidariedade, o amor...”, restando o interesse dos que têm poder.

O problema da prostituição vai além do abuso sexual, extrapola este reducionismo, é mais abrangente, ou seja, é uma questão existencial, filosófica e moral que pode ser recepcionada pela teoria Arendtiana na discussão da moralidade humana.

Quem são os exploradores? Os aliciadores, traficantes, alguns “homens de bem”, veja exemplo recente do governador de Nova York, envolvido no mercado de prostituição, onde agem grandes empresários, proprietários, políticos, em suma, pessoas influentes que, levam vantagens. Há um interesse explícito na organização de “casas de tolerância”, que dão guarida a atividades ilícitas: jogo, contrabando, tráfico de mulheres, pedofilia, tráfico de drogas; há uma intimidade entre prostituição e atividades ilícitas.

Como desconstruir uma falsa moral ou uma moralidade invertida, num contexto social favorável a perpetuação da prostituição? O combate eficaz seria oferecer, às novas gerações carentes, através de políticas públicas, oportunidade de futuro e de inclusão social, possibilitando educação, emprego, oportunizando cursos de aperfeiçoamento.

Muito se ouve sobre sexualidade, pouco conhecimento se tem sobre ela, ou seja, o sexo continua sendo tabu, o tema não é abordado em família, de forma educativa e preventiva. A sexualidade deve ser entendida como uma função humana salutar em todos os sentidos bio-físico-psico-social-cultural, não podendo reduzir-se à satisfação auto-erotizada, banalizada pelos meios de comunicação e em via virtual, (internet), e que se contrapõe ao vínculo inter-pessoal.

A prostituição é uma das causas graves de ameaça à saúde pública, e assim deve ser encarada, com uma vigilância sanitária eficaz; os prostíbulos vêm sendo infectados por toda forma de doenças, algumas já erradicadas e que ressurgiram na atualidade.

O Princípio da Igualdade entre as pessoas deve permear qualquer atitude que se contraponha à exploração sexual, forma vital de escravidão, resgatando a Dignidade da Pessoa Humana e a Isonomia que deve estar presente nas inter-relações sociais. Porém, acredita-se que, sem uma infra-estrutura, capaz de garantir um meio social favorável à inclusão de mulheres pobres

e desamparadas, não há como pensar em solucionar tamanha discrepância social. Como retrata muito bem Hannah Arendt, a recuperação moral do mundo depende de um trabalho compartilhado no âmbito público.

As medidas decorrentes dos esforços comuns para solucionar o problema, incluem projetos repressivos e preventivos, conduta legal e legitimada pela população consciente, envolvendo mudança de hábitos, troca de valores e solidariedade.

A supressão da discriminação entre os sexos, que é cultural (machismo) ainda está presente no slogan: “em homem nada pega” e deve ser trabalhada em todos os segmentos, apesar do estigma da prostituição estar ligado a toda forma de conduta erotizada que não respeita ninguém: crianças, jovens, adultos, de ambos os sexos. Pressupõe uma luta feroz contra o tráfico de drogas, fiscalização rígida em escritórios que recrutam atrizes, manequins, em anúncios que ofuscam os olhos: “precisa-se de moças de boa aparência para ser modelo, para apresentar-se em “shows” ou casas noturnas no exterior, para trabalhar em teatro, etc...”.

O enfrentamento do problema requer combate ao analfabetismo das populações carentes e à falta de formação profissional, gerando um bem-estar saudável e uma vida digna, somente assim, as pessoas sentir-se-ão incluídas como cidadãos.

As medidas e soluções apontadas não são definitivas nem pretendem solucionar um problema desta dimensão, tem-se a consciência que o fato é histórico, complexo, embasado na “necessidade social”, portanto, conduta difícil de ser abolida. Não há, no entanto, como engessar-se na indignação e nada fazer para mudar, uma ação compartilhada e eficaz, no dizer de Hannah Arendt pode gerar indignação e um basta para um problema tão perverso como é o da exploração da prostituição.

Referências bibliográficas:

DUARTE, André e outros. Especial: Hannah Arendt pensa a Educação. **Revista de Educação**, nº 4. São Paulo: Segmento-USP., 2007.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir, Petrópolis, Vozes, 1977.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada**. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HEILBORN, Maria Luísa. De que gênero estamos falando? In: **Programa de estudos e pesquisas em sexualidade, gênero e sociedade – IMS/UERJ**. Ano 1, n 2. Dezembro.1994.

JESUS, Damásio de. **Código Penal Anotado**. 9ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva. 1999.

MINELLA, Ary César (org e outros). Política & Sociedade – Amor, sexo e dinheiro: uma interpretação sociológica do mercado de serviços sexuais. **Revista de Sociologia Política**, São Paulo: Cidade Futura, nº 6, abril/2005.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. 8 ed., São Paulo: Rosa dos Ventos, 2002.
PAINEL DA REDAÇÃO. **Prostituição**. Revista Jurídica Consulex, Brasília, ano VIII, n. 189, nov. 2004.

STÜRMER. Amélia Balduino. **Crimes sexuais: um tapinha não dói ?** Revista Jurídica Consulex, Brasília, ano VI. N. 124, mar. 2002.

SPINK, Mary J. (org.). **O conhecimento do cotidiano - As representações sociais na perspectiva da Psicologia Social.** Brasiliense: São Paulo,1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

VARGAS. Joana Domingues. **Crimes sexuais e sistema de justiça.** Boletim IBCCRIM, São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. 2000